

INTERVENÇÃO PLANO E ORÇAMENTO 2013

Senhora Presidente da Assembleia

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Iniciamos hoje a discussão das Orientações de Médio Prazo 2013-2016, do Orçamento e do Plano Regional para 2013.

Tratam-se consabidamente de documentos previsionais do maior alcance, na medida em que concretizam e pormenorizam as grandes linhas estratégicas e as opções de fundo, vertidas e já aprovadas por esta Câmara aquando da discussão do Programa do Governo.

É certo que o Governo tem um apoio maioritário nesta Assembleia. Que conquistou de forma ampla e inequívoca, num processo político que consubstanciou verdadeiramente uma renovação com confiança, e no tempo difícil que nos é dado viver.

É também certo que o maior partido da oposição se apressou a proclamar a sua abstenção relativamente à proposta de Plano Anual que agora apreciamos, numa urgência de quem procura a pose respeitável e institucional, que sabe ter gravemente comprometida.

Mas face à abertura demonstrada pelo Partido Socialista, adentro aliás numa praxe democrática e parlamentar bem conhecida e de há muito exercitada, para acolher, de boa-fé e espírito aberto, as propostas que as diversas forças políticas entendam por bem carrear para o debate, e com idêntico espírito e valia, é razoável prever que, para além das estórias, a história deste debate ainda não esteja fechada.

Antes de mais, porém, impõem-se algumas considerações acerca do conteúdo das propostas, aqui e em tempo, trazidas pelo Governo. E a primeira nota a reter é que as mesmas consubstanciam os compromissos que o Partido Socialista e o Governo contratualizaram com os açorianos, e esta Casa ratificou.

Compromissos de, antes de mais e em primeiro lugar, prosseguir com uma via açoriana para o desenvolvimento, que se concretiza em, sem pôr em causa o equilíbrio das finanças públicas, apostar na autonomia e dinamismo da sociedade civil, das pessoas, das empresas, das instituições, seja ao nível económico, seja ao nível da intervenção social. Que merecem e merecerão o enquadramento, a regulação e o apoio do Governo. Para que elas próprias possam ser agentes de desenvolvimento

económico, mas também promotoras de emprego e coautoras de inserção social.

Essa aposta das entidades públicas em fomentar a iniciativa e o dinamismo dos privados e dos cidadãos alicerça-se na convicção de que esse apoio e essa regulação são necessários, e mesmo indispensáveis, em pequenas sociedades e mercados, que se defrontam inexoravelmente com variadas deseconomias, sobretudo na atual conjuntura e enquadramento nacionais, que não podem deixar de nos afetar sob múltiplas formas, desde o funcionamento dos serviços que dependem da Administração Central ao Turismo, passando por todo um conjunto de regulações que dependem competencialmente da República.

E é por isso que esta persistência em casar as iniciativas múltiplas da sociedade civil, com a presença de um enquadramento e regulação, visando o desenvolvimento e melhores patamares de inserção e equidade sociais, marca e consubstancia um caminho nosso, pré-anunciado aos açorianos no tempo devido.

Estamos convictos, aliás, de que esse é mesmo o caminho. Não ignorando, é certo – muito menos desvalorizando – a grave situação que o País enfrenta e a cujos múltiplos estilhaços não podemos ser suficientemente imunes.

Porque nós também partilhamos daquela catadupa de sentimentos que começa por assumir a forma de surpresa, que se transmuta em espanto, evolui célere para a angústia e derrapa perigosamente em revolta, que assalta todos os portugueses com exceção do Salvador – e presumivelmente de todos os pequenos aprendizes e candidatos a salvadores da sua

rua -- sempre que o turbo-lento Ministro Gaspar se dirige ao país. E não é por Gaspar ser nome de gato, como verrinosamente, gosta de lembrar Honório Novo. É mesmo por consabidamente sabermos, e até já termos provado, da danosidade extrema de tão alta família felina.

Inexoravelmente, fatalmente, sempre que os portugueses sabem, ou sequer desconfiam, que o Ministro Gaspar fala, a recessão dobra, o défice piora, a dívida pública aumenta, o desemprego dispara, e também os impostos, e também os cortes, e também as medidas de austeridade

Efetivamente, e em comparação, o famigerado PEC IV era um doce. Mas foi a conveniente desculpa para a Direita portuguesa, com o apoio de alguns peculiares e úteis “compagnons de route”, todos com a bênção de Belém, se alçapremarem ao Poder.

Não, não foi o Acordo com a Troika o pecado original. Pois o mesmo já foi tantas vezes revisto, tantas vezes ou mais do que as promessas eleitorais do PSD em 2011. Trata-se antes, e é cada vez mais despidoradamente perçetível, de uma aliança negra entre impreparação, incompetência e a firme e deliberada vontade de impor um programa político, que o eloquente projeto de revisão constitucional de Passos Coelho, já anunciava o que viria, quando viesse.

Convém, contudo, e por maioria de razão, não esquecer, que o mesmo programa assume contornos, dir-se-ia mesmo interesses específicos, no que toca às Autonomias. É que, para além do pacote geral, também vamos, infelizmente, sentindo os bónus

particulares e direcionados, nomeadamente o sufoco financeiro da Universidade dos Açores, as ganas de extinção da rádio e televisão públicas dos Açores, pré-anunciadas por diligentes cortesãos, por vezes embrulhadas na falsa respeitabilidade de pretensos estudos que proclamam a morte, por suposta extemporaneidade, do conceito de serviço público regional, bem como a quase indigência de meios das Forças Armadas e das Forças de Segurança sediadas na Região.

Senhoras e Senhores Deputados:

Não tenhamos dúvidas nem ilusões. As épocas de crise sempre foram objetivamente uma boa oportunidade para os centralistas, de todas as matizes e de todos os tempos. Como se vê pela gravura em anexo. Cabe porém a nós, a todos nós, resistir neste tempo decisivo. Porque nunca entregaremos os princípios da Autonomia na Casa de penhores da austeridade. Assim também é urgente que façamos a propósito da revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e da assumida intenção da maioria em Lisboa de reduzir o leque de diferencial fiscal, pois a nossa opção clara é a de continuar a abdicar de uma receita que sempre seria nossa, em favor das famílias e das empresas açorianas. È que a autonomia tem que implicar diferenças e discriminações positivas bastantes, tais como as que conquistámos em matéria fiscal.

Também ao nível da construção europeia, é certo e reconhecido que enfrentamos uma profunda crise e impasse europeus. De há muito que o reconhecemos, ao contrário daqueles que só a lobrigaram, com espanto e estrondo, quando chegaram ao Governo da República. A Europa tem de redescobrir com urgência o cunho social que é parte integrante da sua matriz fundadora. E a União Monetária precisa de ser acompanhada por uma forte harmonização ao nível dos instrumentos de política económica, para além da fiscalidade e da moeda. Mais uma vez, a solução não passará nem pelos egoísmos nacionais nem pela aplicação requentada de velhas receitas que menosprezam o primado da política e do social.

Como Europeus do atlântico, esta questão também é naturalmente nossa, e a ela queremos e devemos dar o nosso contributo. Porque a resolução do problema europeu não pode passar pela regressão nos níveis dos patamares de progresso e de bem-estar, que consubstanciam valores que terão de perdurar na sua essencialidade, pese embora a necessidade da sua adaptação evolutiva a novas formas e novos paradigmas. Vencer os desafios e as novas complexidades emergentes de um mundo globalizado terá de passar e conduzir a novas e criativas soluções, também elas universais, de mais democracia e mais equidade.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

As Orientações de Médio Prazo 2013-2016, que concretizam e corporizam os grandes objetivos para esta Legislatura, consubstanciam algumas ideias-força, que cumpre relevar. Desde logo, e sempre, defender a Autonomia. Já vimos que se trata de uma tarefa ingente e urgente, face aos tempos e aos modos que atravessamos.

São precisas ideias claras e firmes. Posições consequentes. E ações concretas, inequívocas e portadoras de sentido e resultado. Não chega fazer que se renega, nas alturas convenientes, os companheiros de Lisboa e a sua política. Para logo de seguida, convidá-los para as festas de família, dando-lhes o palco para atuarem livremente como estrelas negras, e pagando o cachet com efusivos abraços. Porque há críticas de circunstância que são apenas uma outra e lassa forma de abstenção.

Ao nível da estratégia económica privilegia-se designadamente, depois de um necessário período de aposta na infraestruturização, e a par das atividades económicas de base tradicional, o Turismo, a exploração do Mar, a valorização dos resíduos, as energias renováveis.

Em termos sociais, prevêm-se múltiplas respostas, quer aos clássicos problemas, quer aos novos, com o contínuo desenvolvimento dos serviços e apoio social, bem como ao nível dos equipamentos. A criação de emprego e a aposta no desenvolvimento empresarial, bem como a diversificação da economia são também assim elementos indissociáveis duma

aposta no capital humano, harmonizada com a proteção e valorização dos recursos naturais.

Por isso mesmo, a proposta de Plano para 2013, que potencia um investimento global de 652,1 ME, dedica mais de metade desse esforço de investimento ao aumento da competitividade e à empregabilidade da economia regional.

A metade restante é repartida entre a promoção da qualificação e da inclusão social e o aumento da coesão territorial e da sustentabilidade, merecendo ainda adequado investimento a afirmação da identidade regional e a promoção da cooperação externa.

Por sua vez, a proposta de orçamento da Região para o corrente ano, num total de 1396,1 ME, com cerca de 45% de receitas próprias, inova, ao consagrar a aplicação de uma redução às taxas nacionais de IRS de 30% para os rendimentos coletáveis correspondentes ao 1º escalão, mantendo a redução de 20% para os restantes escalões. Trata-se, naturalmente, de uma importante medida de carácter social que, do mesmo passo, reafirma oportunamente a nossa competência autonómica em matéria fiscal, dentro dos atuais limites, que tão arduamente conquistámos.

As medidas de discriminação positiva interna merecem igualmente consagração no artº27º da proposta de orçamento que ora analisamos, para os investimentos nas ilhas do Corvo, Flores, Faial, Pico, S. Jorge, Graciosa e Santa Maria.

Também ao nível social, seguindo a nossa via, a presente proposta de orçamento atualiza em 3% os valores do Complemento Regional de Pensão. É pouco – dirão alguns. Sobretudo aqueles que em 1993 revogaram o então designado subsídio de insularidade, e não, ao que se saiba, por razões de austeridade ou de crise europeia e nacional, mas por pura revanche política e visceral oposição à medida.

Também gostaríamos que fosse possível, nesta como noutras medidas de apoio social, irmos ainda mais longe. Mas será sempre injusto e demagógico não reconhecer o esforço orçamental e a clara opção política que a manutenção e aumento dum conjunto de medidas de âmbito social significa nesta conjuntura.

Senhora Presidente da Assembleia

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os documentos ora em debate traduzem naturalmente um rol de opções com vista a efetivar aquilo que são os compromissos eleitorais do Partido Socialista e o Programa do Governo, ambos sufragados, a seu tempo e pelo modo político-institucional adequado, pelo Povo Açoriano. Essa coerência e esse firme propósito foram e estão claramente demonstrados.

É certo que os mesmos não deixam de refletir, de ser condicionados, mas sobretudo também de tentar condicionar, o tempo que atravessamos, as suas dificuldades e os seus desafios. Eles evidenciam um caminho próprio. Uma opção e uma confiança na sociedade civil, nas suas empresas, nas suas associações, e nos cidadãos em geral. Que devem ser apoiados na sua liberdade de agir, e alguns mesmo para que possam interagir e desfrutar da liberdade com dignidade.

Porque descomplexadamente entendemos que desenvolvimento económico adequadamente regulado é um fator essencial para o incremento e a coesão sociais, que devem continuar a merecer, sobretudo neste tempo, um apoio, uma prioridade e uma opção vitais. Este é, repito, o caminho. Este é o nosso caminho. Que uma prudente gestão das finanças públicas, e o exercício orgulhoso das conquistas autonómicas permitem. Sabemos que ao longo deste debate muitos vão compungidamente dizer que queriam mais. Outros mesmo alguns que queriam tudo, como aliás, há bem pouco tempo, em vão, tudo prometeram. Lembrarão, é certo, D. Pedro I do Brasil, que foi Imperador Absolutista. E não mais se reencontrou com D. Pedro IV de Portugal, que havia sido Liberal. Apesar de serem uma e a mesma pessoa...

Também por cá, há alguma gente que se transmuta quando tem de atravessar o Mar!

Estas propostas, Senhoras e Senhores Deputados, são um sinal claro e encarnam uma vontade firme. São um sinal de esperança e teimosia democráticas, para lá e para além das agruras

presentes. Da ambição inquebrantável de fazer com que, por entre as nuvens negras da tempestade neoliberal, assoma, atrevido e vitorioso, um raiozinho de socialismo atlântico.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, em Dia do Pai.

O Deputado:

Francisco Coelho